

ENSAIO TEÓRICO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO: DA HERMENÊUTICA ÀS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Patrick CHARAUDEAU  

Universidade Paris XIII

RESUMO

Quando se fala de interpretação, é obrigatório para toda disciplina referir-se à hermenêutica no campo da filosofia. Mas meu proposto não é fazer uma análise filosófica. É somente fazer um percurso do que diz respeito à discussão hermenêutica para depois tentar retomar essa questão no âmbito das ciências da linguagem, com o objetivo de fornecer uma perspectiva discursiva.



OPEN ACCESS

EDITORES

– Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)
– René Almeida (UFS)

AVALIADORES

– Rosane Monnerat (UFF)
– Beatriz Feres (UFF)

DATAS

– Recebido: 20/11/2020
– Aceito: 22/01/2021
– Publicado: 21/04/2021

COMO CITAR

CHARAUDEAU, Patrick (2021).
Compreensão e interpretação: da
hermenêutica às ciências da
linguagem. *Cadernos de Linguística*, v.
2, n. 1, p. 01-10.

SOMMAIRE

Quand on parle d'interprétation, il est nécessaire de se référer à l'herméneutique. mais le propos de ce texte n'est pas une analyse philosophique. Il est de parcourir les discussions qui ont lieu à propos de ce concept pour reprendre celui-ci dans le cadre des sciences du langage, dans une perspective discursive.

PALAVRAS-CHAVE

Hermenêutica; Compreensão/Interpretação; Sentido/Significação;
Inferência; Sujeito Interpretante.

MOTS CLÉS

Herméneutique ; Compréhension/Interpretation ; Sens/Signification
Inférence ; Sujet Interpretant.

OS TRÊS MOMENTOS DA DISCUSSÃO HERMENÊUTICA

Sabe-se que a hermenêutica nasceu como uma “arte de interpretar os textos”, principalmente aplicada aos textos sagrados ou canônicos em teologia (*Hermenêutica sacra*), em direito (*Hermenêutica juris*) e em filologia (*Hermenêutica profana*), na qual um dos grandes destaques foi Santo Agostinho (354-430). Esse foi o primeiro momento.

Em um segundo momento, a hermenêutica é definida como *fundamento metodológico* servindo às ciências humanas, as quais são declaradas “ciências da compreensão”, por filósofos como Dilthey (1947) (1833-1911) e Schleiermacher (1768-1834), retomado posteriormente por Gadamer (1996) em *Vérité et méthode*. O terceiro momento foi quando se generalizou o conceito de interpretação dizendo que tudo é interpretação. Para Nietzsche, por exemplo: « Não há fatos, somente interpretações », e Heidegger afirma que a hermenêutica não concerne apenas a interpretação dos textos, mas à própria existência que se vive através de uma pluralidade de interpretações (HEIDEGGER, 1986). A partir daí houve uma discussão filosófica sucessivamente com Habermas (1987; 2001), Ricoeur (1990; 1986), Derrida (1967; 1984) e os pós-modernos Rorty (1990) e Vattimo (1991), cujo ponto comum é que, na filiação de Nietzsche pela diversidade das interpretações, e de Heidegger pela inscrição na história, a hermenêutica se define como *subjetividade doadora de sentido*.

Não entraremos nessa discussão cujas implicações são estritamente filosóficas, e procuraremos, num espírito interdisciplinar, reter o que nos servir a nosso propósito dentro de uma problemática discursiva.

1. COMPREENDER E INTERPRETAR NA HERMENÊUTICA

A distinção entre as noções de *compreender* e *interpretar* é difícil de determinar. Há, entre os filósofos que se dedicaram a defini-las, posições que se entrecruzam em acordos e desacordos. Schleiermacher, ao dizer que a hermenêutica é uma “arte de compreender” mais do que uma “arte de interpretar”, não diferencia essas noções. Para Nietzsche, o conhecimento é sempre o resultado de interpretações múltiplas — o que ele chama de “infinito interpretativo” —, e, portanto, sempre relativo, jamais objetivo. Ricoeur faz uma distinção, porque ele diz que compreender é tentar articular a interpretação que se apropria do sentido tal como ele se dá à consciência.

Podemos fazer um balanço dessas discussões e concluir que, para a hermenêutica:

- a) Compreensão e interpretação são uma questão de *linguagem* que, ao mesmo tempo, funda o sentido e dá testemunho da responsabilidade do sujeito falante¹. Ricœur diz que o sentido não nos é dado, ele é *opaco* — como o vai repetir Foucault mais tarde —, e por isso deve ser interpretado. Por conseguinte, a compreensão não representa a *realidade* do mundo, mas o *real significante* que se constrói (hipótese fundadora da linguística que diz que o signo não é a realidade, mas um conceito da realidade). Isso não quer dizer que os fatos não existam, que não houve tsunami inundando tal vilarejo, que não houve trinta e três vítimas. Isso quer dizer que o que *significam* o tsunami e as vítimas depende da interpretação que se tem a respeito.
- b) A compreensão é uma totalidade de sentido final. Somos « afetados pelo passado e pelo presente », diz Ricœur, através da linguagem, e estabelece que a significação depende da intertextualidade, da interdiscursividade e do saber supostamente compartilhado.
- c) A interpretação é uma *atividade de decifração* e de extração do sentido, *anterior* à construção da compreensão. Ricœur exprime recorrendo à noção de *explicação*: « a explicação é então o caminho obrigatório da compreensão » (RICCEUR, 1986, p. 110), e Schleiermacher afirma: « quando se compreende, não se interpreta mais » (SCHLEIERMACHER, p. 173).
- d) Daí essa ideia de que *só há interpretações* como diz Nietzsche: « (...) a interpretação é uma *atividade infinita* », e Derrida acrescenta que a interpretação é uma atividade relativa à posição do sujeito.

Pode-se então, considerar, no que concerne à linguagem, que as interpretações são múltiplas e que resultam de uma atividade do sujeito.

2. DA OPOSIÇÃO ENTRE SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO

Retomemos agora, no âmbito da linguística, uma questão bastante debatida nos anos setenta do século XX, e depois abandonada: a diferença entre *sentido* e *significação*.

Também foram três momentos. Um primeiro em que o sentido do enunciado era considerado fora do contexto na sua tripla dimensão: *estrutural*, no cruzamento das coocorrências *sintagmáticas* e das oposições *paradigmáticas*; *referencial* (BENVENISTE,

1 Está entendido que esses empréstimos se fazem num espírito do que chamamos de “interdisciplinaridade focalizada”, a saber, que as noções e conceitos definidos por outras disciplinas são retomados e redefinidos no âmbito de sua própria disciplina, o que evidentemente muda as definições de origem. (CHARAUDEAU, 2010, p. 195-222).

1966, p. 128)² na medida em que todo signo remete para a realidade do mundo. No segundo momento, o signo é considerado em contexto. Após a observação de que o sentido varia segundo os contextos discursivos e as diversas situações de enunciação, num jogo de vaivém entre língua e fala (Saussure) ou língua e discurso (Benveniste), foram operadas diversas distinções: Charles Bally, continuador de Saussure, distingue o *sentido na língua*, e a *significação na fala* (BALLY, 1951); Charles Peirce opõe *signo-tipo* e *signo-ocorrência*; Gustave Guillaume e Bernard Pottier, *sentido* e *efeito de sentido*; Algirdas Greimas diferencia um *sentido núcleo* como momento de significância anterior à produção semiótica, e a *significação* como sentido articulado.

Num terceiro tempo, com a aparição das teorias da enunciação de Émile Benveniste, que distingue *sentido-enunciado* e *sentido-enunciação*, e da pragmática (Austin, Searle), a compreensão das frases não é a mesma segundo sejam consideradas isoladamente ou no contexto discursivo, e então o que se procura descrever são as *condições de verdade*. Daí que Gardiner opõe *sentido linguístico-semântico* e *sentido pragmático*. Peter Frederick Strawson propõe três níveis: (i) *um sentido A* independente do contexto (dito *sentido proposicional*); (ii) *um sentido B* resultante da relação entre *o enunciado* e *a referência* que pode ser julgado *verdadeiro ou falso* (STRAWSON, 1970); (iii) *um sentido C* resultante da *interpretação* do enunciado inserido em seu *contexto*. Jacques Moeschler e Anne Reboul, no seu *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*, retomam o conjunto da teoria pragmática assinalando que « há duas etapas na interpretação dos enunciados: a primeira etapa é estritamente linguística, sem conhecimento extralinguístico, é o *componente linguístico* que corresponde à *significação*; a segunda etapa, que leva em conta todos os elementos do processo de enunciação e discursivos, é o *componente retórico* que corresponde ao *sentido* (eles invertem os termos *sentido* e *significação*). Finalmente, Recanati, em linha direta da filosofia da linguagem, diferencia a interpretação das formas linguísticas (*interpretação semântica*), e a interpretação das ações (*interpretação pragmática*) (RECANATI, 2008).

Fazendo o balanço dessas teorias, pode-se concluir que: a compreensão é um momento *resultativo* de *apreensão global* do sentido que resulta de diferentes atividades de interpretação sob a responsabilidade do *sujeito falante*; a compreensão traz então, efetivamente, a marca de uma *relação intersubjetiva* entre sujeito falante e sujeito interpretante. Tudo isso se encaixa com meu ponto de vista, ou seja, que o sentido é o resultado de uma *co-construção*, entre o *Eu* e o *Tu*, a relação entre o *sentido intencional* (Eu) e *sentido reconstruído* (Tu) é *assimétrica*, por isso digo que nas análises se precisam distinguir, quanto ao sentido, o *efeito visado* e o *efeito produzido*. Isso significa que um mesmo enunciado terá *várias significações*. Como consequência há dois momentos de

2 Fala neste caso do papel de “designação” do signo.

compreensão: um momento de *compreensão literal do sentido* fora de contexto (*sentido de língua*); um momento de *compreensão específica do sentido* que é obtida ao final de uma atividade interpretativa a partir do contexto e da situação (*sentido de discurso*).

3. DAS OPERAÇÕES INTERPRETATIVAS POR INFERÊNCIA

As operações interpretativas se fazem pela via do processo de inferência. As definições da inferência podem ser diferentes, mas elas têm um ponto comum que é o processo de "colocação em relação de um elemento com outro a partir do qual se tira uma interpretação: « Toda operação pela qual se admite uma proposição cuja verdade não é conhecida diretamente, em virtude de sua ligação com outras proposições já consideradas verdadeiras » ; « Processo lógico pelo qual se parte de um certo número de premissas para chegar a uma conclusão » ; « Uma operação mental que consiste em "tirar uma conclusão ou uma consequência a partir da observação de um fato, de um acontecimento ou de um enunciado ». Mas essa conclusão não é uma garantia de verdade; é somente uma hipótese de sentido.

A partir daí se pode observar que são dois tipos de inferência: *inferência centrípeta interna fora de contexto* que leva ao *sentido*; *inferência centrífuga externa em contexto* que leva à *significação*.

3.1. O "SENTIDO" E AS INFERÊNCIAS CENTRÍPETAS INTERNAS

A inferência se opera a partir dos componentes do enunciado, por diferença negativa (*in absentia*) sobre o eixo das oposições paradigmáticas, e por combinação entre os coocorrentes (*in praesentia*) no eixo sintagmático. Por exemplo, um enunciado como « Eu tenho trinta anos » leva a fazer uma série de oposições: "Eu" não é "Você"; "tenho" não é "tem" nem "tinha"; "trinta" não é "três" nem "quarenta" ; "ano" não é "mês" nem "século". E, pelo fato da combinação entre essas palavras gramaticais e lexicais, o sujeito interpretante compreende que o sujeito falante se atribui certa idade. Assim se constrói o sentido *de língua* que resulta de inferências centrípetas no interior do enunciado ou *inferências estruturais*.

Esse tipo de inferências permite *desambiguar* os enunciados cujas palavras apresentem polissemia. Por exemplo, se A diz: « Esta estrela acaba de se apagar », "estrela", sendo uma palavra polissêmica, precisamos de saber « Onde? ». Se a resposta é: « Em Hollywood », compreendemos que se trata de uma pessoa. É o *sentido de língua*.

3.2. A “SIGNIFICAÇÃO” E AS INFERÊNCIAS CENTRÍFUGAS EXTERNAS

A inferência se opera a partir de elementos exteriores ao enunciado. Por exemplo, com o mesmo enunciado, « Eu tenho trinta anos », depois das inferências internas construírem o sentido, se o interlocutor interpreta que "trinta anos" significa "velho", é porque ele fez uma inferência com um dato exterior: saber que o sujeito falante é um atleta que deve deixar a competição de alto nível, como se ele dissesse: “Eu estou velho demais”. No entanto, se o interlocutor sabe que o sujeito falante é um empregado que acaba de ser despedido de sua empresa, ele poderá inferir a significação: “E, ainda, ele é jovem”.

Nos dois casos, o sujeito interpretante, para reconstruir essas significações, põe o enunciado e seu sentido em relação com o que ele sabe do sujeito falante (um atleta, um empregado), e o que sabe sobre o limite de idade na competição esportiva ou sobre as situações do emprego.

Assim, podem-se distinguir dois tipos de inferências centrífugas segundo a natureza desse exterior: inferências *situacionais* e inferências *interdiscursivas*.

Inferências situacionais ocorrem a partir dos dados da situação, como as *identidades* dos protagonistas da conversa segundo a posição de autoridade do falante, que faz com que a interpretação de um enunciado como « Você deveria terminar seu trabalho » dependa de se o sujeito falante é um pai que fala a seu filho, um dono a seu empregado, um amigo a outro amigo. Ou também inferências a partir do *contrato de comunicação*. O perfumista Jean-Paul Guerlain declarou numa entrevista na televisão para explicar como inventou o primeiro perfume: « Pela primeira vez, eu me pus a trabalhar como um negro. Não sei se os negros sempre trabalharam tanto assim, mas... ». Grupos associativos interpretaram o enunciado como uma injúria racial, e ele foi condenado.

Inferências interdiscursivas, a partir de outras palavras ou enunciados que circulam nos grupos sociais e de que os locutores se impregnam. Como diz Bakhtin: «Cada palavra exala a profissão, o gênero, a corrente, o partido, a obra particular, o homem particular, a geração, a idade, o dia e a hora. Cada uma exala o contexto e os contextos nos quais viveu sua vida social intensa; todas as palavras e todas as formas são habitadas por intenções». Bakhtin denomina esse processo *dialogismo*, Genette *intertextualidade*, Sperber e Wilson *pertinência*. Qualquer seja a denominação remete ao processo de *interdiscursividade*. Esse processo depende então dos saberes do sujeito interpretante: *saberes de opinião* que são reveladores dos imaginários socioculturais, dos estereótipos e dos tabus de cada sociedade; *saberes ideologizados* que remetem a diversos sistemas de pensamento, de julgamento, de valores, de cada sociedade, como é o caso do *racismo*.

4. OS STATUS DO SUJEITO INTERPRETANTE SEGUNDO AS SITUAÇÕES

Sendo a compreensão linguageira o resultado de uma relação intersubjetiva entre sujeito falante e sujeito interpretante, e como este é participante da construção do sentido através de sua atividade interpretativa, é certo que as interpretações dependem do lugar que o sujeito interpretante ocupa no dispositivo da troca. Vamos ver então quais são as situações de interpretação.

4.1. SITUAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO INTERPESSOAL

Nessa situação de duas ou mais pessoas que conversam, a interpretação é dificilmente previsível, pois depende das inferências feitas pelos sujeitos, segundo o que sabem uns sobre os outros, o que eles supõem, o que eles imaginam, projetando suas próprias referências, sua sensibilidade, seus desejos. Se uma pessoa diz ao chegar ao encontro: «Vim a pé», o amigo que o esperava poderá interpretar: “ele não gosta do metrô”; “sua namorada pegou o carro”; “ele não mora longe”; “ele está se desculpando pelo atraso”, etc. Uma vez, eu ouvi na rua, um diálogo entre um rapaz e uma moça. Ele disse «Vamos ao cinema?» Ela respondeu: “Você não vai passar a noite comigo!”. Um as inferências que dependem da relação entre essas duas pessoas.

4.2. SITUAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO COLETIVA

Nessa situação, diversos fatores estão em jogo: as diferenças de *status* e de hierarquia entre os membros do grupo, os jogos de aliança ou de oposição entre estes, as características psicológicas de uns e de outros. Isso se verifica nas reuniões e trabalho ou grupos de deliberação.

4.3. SITUAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DA FALA PÚBLICA

Se é um indivíduo isolado que ouve uma palavra proferida publicamente (declaração radiofônica, televisionada, ou relatada pela imprensa) suas interpretações serão pessoais, dependendo de suas próprias opiniões e de suas expectativas sobre a pessoa que fala. Se a recepção se faz em grupo, como nos comícios, nas assembleias gerais, nos espetáculos humorísticos, é difícil saber em que medida as interpretações são influenciadas pelo grupo numa espécie de efeito catártico, segundo estejamos a favor ou contra a pessoa que declara.

4.4. SITUAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DO LEITOR

O leitor se encontra sozinho diante de seu texto. Suas interpretações serão variáveis segundo a natureza do texto e do gênero ao qual o texto pertence: se são textos antigos, e se ele não tem conhecimento do contexto histórico, existe o risco de anacronismos; se são textos estrangeiros traduzidos, o leitor projeta as opiniões de seu contexto cultural; caso se trate de textos publicitários, políticos, administrativos, da imprensa, etc., as interpretações dependerão da sua sensibilidade e das suas opiniões.

4.5. SITUAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DO SUJEITO ANALISANTE

As interpretações dependem da *disciplina*: disciplina de *corpus* (ciências da linguagem, história), disciplina de *terreno* (sociologia, antropologia), disciplina de *experimentação* (psicologia, psicologia social), disciplina de *cálculo* (economia), disciplina de *especulação* (filosofia), de *regulamentação* (direito). Também dependerão das *influências teóricas* e das metodologias específicas de cada teoria: marxismo, estruturalismo, construtivismo, etc., e das diversas correntes dentro de cada teoria, como é o caso da análise do discurso.

Também existe a posição do *avaliador* em diversas posições, como de juiz: professor fazendo apreciações sobre provas escritas; membro de uma banca de tese ao avaliar uma pesquisa; leitor de artigos científicos ao propor uma opinião quanto à oportunidade de sua publicação; crítico de arte, de cinema, de literatura, ao fornecer informações ao público e ao expor sua própria apreciação.

Nesse caso, as interpretações se farão em função da posição de autoridade ocupada pelo avaliador, do lugar que ele ocupa na comunidade de seus pares, de sua própria competência e mesmo de sua subjetividade, pois ele não está isento das influências que pode sofrer em seu meio.

5. CONCLUSÃO

Assim sendo, a interpretação não é um resultado; é um processo, cuja variedade segue certo número de parâmetros. Entretanto, para a análise, e contrariamente à ordem de apresentação que se fez aqui, é preciso começar por considerar o status lingüístico do sujeito que interpreta : os sujeitos da vida social em diversas situações interpessoais ou públicas : os sujeitos de análise em relação com as disciplinas e as correntes teóricas.

Resta a questão de saber se é possível declarar que existem interpretações falsas, ou incorretas; se algumas são mais exatas do que outras, e se é possível estabelecer uma

hierarquia entre elas. Para Derrida e Nietzsche, as interpretações se apresentam sem hierarquia *absoluta*. Por outro lado, pode-se afirmar que existem critérios de *coerência*, a possibilidade de avaliar o grau de coerência de uma interpretação relacionando-a aos instrumentos de que uma disciplina dispõe para a análise.

O que é certo, é que se devem evitar riscos de *anacronismo*, de *anatotismo* (sem tomar em conta o contexto cultural), de *absolutismo* (pensar que sua interpretação é a mais autêntica). Trata-se do combate entre subjetividade e objetividade, o que implica questionar o que deve ser a postura do pesquisador ou do crítico, e também de toda pessoa.

REFERÊNCIAS

- Aristote, *Organon IV*, Paris, Vrin, 1987.
- Arzoumanov A., Sarfati-Lanter J. et Latil A. (dir.), *Le démon de la catégorie. Retour sur la qualification en Droit et en Littérature*, Mare & Martin, 2017.
- Bailly Ch., *Traité de stylistique française*, Klincksieck, 1951.
- Bakhtine M., *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard, 1984.
- Benveniste E., *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966.
- Benveniste E., « L'appareil formel de l'énonciation », revue *Langages*, n°17, mars 1970, Didier-Larousse, p.12-18.
- Charaudeau P., « Le contrat de communication dans une perspective langagière : contraintes psychosociales et contraintes discursives », in *Psychologie sociale et communication*, Bromberg M. et Trognon A (dir.), Paris, Dunod, 2004.
- « Pour une interdisciplinarité focalisée dans les sciences humaines et sociales », revue *Question de communication* n°17, Presses universitaires de Nancy, 2010, p. 195-222.
- « Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux », in Boyer H. (dir.), *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*, Paris, L'Harmattan, 2007, p. 49-63.
- Denat C. et Wotling P. (dir.), *Dictionnaire Nietzsche*, Paris, Ellipses, 2013.
- Derrida J., « Questions à Gadamer », *Revue Internationale de philosophie*, n° 151, 1984, p. 341-343.
- Dilthey W., « Origines et développement de l'herméneutique » (1900), in *Le Monde de l'esprit*, Aubier, 1947, t.I, 313-340.
- Ducrot O., Todorov T., *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Seuil, 1972.
- Eco U., *Les limites de l'interprétation*, Paris, Grasset, 1992.
- Foucault M., *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, *TeI*, 1969.
- Gadamer H-G, *Vérité et méthode*, Paris, Seuil, 1996.
- Gardiner A.H., *Langage & Acte de Langage. Aux sources de la pragmatique*, Presses universitaires de Lille, 1989.
- Genette G., *Seuils*, Paris, Seuil, 1987.

-
- Greimas A.J. et Courtès J., *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette, 1979.
- Grondin J., *L'herméneutique*, Paris, PUF, 2006.
- Gumperz J.J., *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*, Paris, L'Harmattan, 1989.
- Habermas J., *Théorie de l'agir communicatif*, Paris, Fayard, 2001.
- Heidegger M., *Être et temps*, Paris, Gallimard, 1986.
- Marchand S., « Saint Augustin et l'éthique de l'interprétation », in Wotling P. (dir.), *L'Interprétation*, Paris, Vrin, 2010, p.11-36.
- Moeschler J. et Reboul A., *Dictionnaire encyclopédique de Pragmatique*, Paris, Seuil, 1994.
- Nietzsche F., *Fragments posthumes*, in *Œuvres Philosophiques Complètes*, Paris, Gallimard, 1997.
- Nietzsche, F., *La Volonté de puissance*, II, Paris, Tel/Gallimard, 1995.
- Nietzsche, *Le Gai savoir* 374, in Lacoste J. et Le Rider J., *Œuvres*, Paris, Robert Laffont, 1993.
- Recanati F., *Philosophie du langage (et de l'esprit)*, Paris, Gallimard-Folio, 2008.
- Ricœur P., *Le conflit des interprétations*, Paris, Seuil, 1969.
- Ricœur P., *Du texte à l'action*, Paris, Seuil, 1986.
- Ricœur P., *Temps et récit*, T.3, Paris, Seuil, 1990.
- Rorty R., *L'homme spéculaire*, Paris, Seuil, 1990.
- Schleiermacher, *L'herméneutique*, Paris, Le Cerf-PUL, 1989.
- Strawson P.F., « Phrase et acte de parole », revue *Langages* n°17, mars 1970, Paris, Didier Larousse, p. 19-33.
- Vattimo G., *Éthique et interprétation*, La Découverte, 1991.